A BATALHA

Desaparecido da sociedade humana o direito da fôrça, postos os meios de produção à disposição de quem quere produzir, o resto deve ser fruto da evolução pacífica.

NA NORUEGA

As lutas operárias nos últimos anos

Os tribunais de arbitragem e a natureza das intervenções foram reconhecidos como nocivos à classe operária

Desde 1907 a 1913 dirigiu a organização sindical da Noruega (reformista) uma série de greves nas diversas indústrias. Essas greves estalaram, depois de se terem feito negociações meses e meses, e terminaram depois de três ou quatro meses com um mísero compromisso ou com uma simples derrota dos trabalhadores. Foram lutas com carácter tipicamente reformista, nas quais em geral intervinham operários duma indústria como amarelos organizados contra os da outra indústria.

Estas condições fizeram com que os operários, por uma parte, desejassem novos métodos de luta, e por outra, o govêrno liberal burguês se preparasse para intervir oficialmente nas dissidências entre capitalistas e proletários. A lei anteriormente introduzida na Austrália sôbre a reconciliação e os Tribunais de Arbitragem foi o objectivo anelado pelo govêrno norueguês. Os trabalhadores não queriam saber, está claro, de semelhante intervenção por parte do Estado e os chefes tiveram também de se conformar e desinteressar-se por sua parte duma tal lei. Quando o projecto foi apresentado à discussão pela primeira vez em 1914 no Storting (o parlamento), a organização sindical nacional ameaçou-o com a greve. Em face dessa ameaça o govêrno capitulou, adiando indefinidamente o exame do projecto. Quando se apresentou de novo o govêrno estava melhor prevenido. Certamente a organização central proclamou a greve geral contra a aprovação dessa lei, mas depois de alguns dias a greve decaiu, e inclinou-se perante a lei. Desde então seguiu-se a idade de ouro para os chefes sindicais.

Puderam amontoar dinheiro nas suas caixas corporativas, e àlém disso recebiam pessoalmente bons honorários extraordinários, como intermediários. A pouco e pouco os homens da oposição ocuparam os logares de dirigentes nas várias associações sindicais, e tudo parecia marchar às mil maravilhas. A luta das organizações operárias foi mudada das oficinas e dos logares de trabalho para os escritórios dos intermediários, e o interêsse dos trabalhadores pelos trabalhos práticos dos sindicatos tornou-se cada vez mais insignificante.

A lei das «combinações estatais» devia só subsistir durante o periodo de crise. No primeiro debate no *Storting* só votou o partido da esquerda a favor da lei. Os partidos da direita e a social-democracia votaram contra, o que lhes foi muito fácil, pois estavam em minoria. Depois das eleições do *Storting* o partido da esquerda passou a minoria, e os comunistas obtiverdm 28 logares. A coisa estava perdida para o partido da esquerda, se os representantes do proletariado e os dos capitalistas tivessem persistido no mesmo ponto de vista anterior.

No entanto, quando se apresentou à discussão o problema da prolongação em 1921 produziu-se alguma coisa de extraordinário entre os comunistas; tinham mudado totalmente de atitude, e votaram pela prolongação da lei sôbre a intervenção estatal conciliatória com efeito jurídico obrigatório para o proletariado. Assim dirigiram os comunistas a luta contra a classe operária, e coopergram na submissão das organizações sindicais ao Estado.

Na época de melhoramento económico os trabalhadores obtiveram alguns aumentos de salário mediante essa lei, e deixaram as coisas em paz. Finalmente acostumaram-se a que o Estado interviesse directamente na regulação dos seus problemas económicos.

A desgraça, porém, quis que os tribunais de arbitragem e a natureza das intervenções depois de terem sido reconhecidos pelos comunistas, se tornassem nocivos para a classe operária.

Começou então o descontentamento entre os trabalhadores contra o tribunal. Tornou-se claro para estes, que deviam actuar com as suas próprias fôrças se queriam saír vitoriosos da luta contra os seus adversários.

No contrato de metalúrgicos para 1923 tinha-se introduzido uma escala móvel de salários, de acôrdo com a qual deviam ser rebaixados de 5 *ore* por hora, no caso em que a diminuição dos preços alcançasse um índice de 232. Em Agosto de 1923 o índice era de 239 e os preços aumentavam diariamente. Os metalúrgicos estavam certos que em Outubro não se faria redução alguma de salários. Em meados de Outubro, tornou-se conhecido de repente nas fábricas que o indice dos preços tinha baixado para 230, e que os salários deviam ser reduzidos a contar do primeiro de Outubro. O proletariado ficou extraordinariamente surprendido.

¿Como podia encontrar a repartição central de estatística uma baixa do índice dos preços, quando todos os artigos de importância vital aumentavam de preço? Os trabalhadores não podiam ficar contentes com semelhante ditadura da associação capitalista, e paralisaram o trabalho expontaneamente na maioria dos estabelecimentos da Cristiânia e Fredrikstad. Cinco mil metalúrgicos foram para a luta sem pedir autorização aos seus chefes. Isto era uma coisa única na história do proletariado paciente e legalitário da Noruega.

A organização nacional reformista, a associação de operários metalúrgicos e todas as outras associações sindicais que estavam comprometidas nêsse conflito fôram citadas de acôrdo com a lei de arbitragem reconhecida pelos comunistas.

O tribunal declarou ilegal a greve, e intimou as associações operárias a exigirem publicamente aos grevistas que retomassem o trabalho. Essa exigência foi publicada na imprensa dos sindicatos reformistas com a assinatura das comissões dirigentes. E o mais curioso é que o tribunal que exigiu que os operários retomassem o trabalho era composto dum comunista e dum social democrata. Os metalúrgicos não ligaram importância ao pedido, e continuaram a greve. Encontraram em toda a parte ampla simpatia, e foram financeiramente auxiliados em todos os rincões da Escandinávia.

Por causa da não admissão do entendimento judicial o comité de acção dos grevistas foi metido num processo, e condenado a uma multa. A resposta do comité de acção, no entanto, foi fazer um apêlo aos trabalhadores, para que apoiassem a greve. O orgão dos sindicalistas, *Alarm*, e alguns outros jornais, que publicaram o manifesto, ficaram expostos às perseguições judiciais.

A greve dos metalúrgicos persistiu, no entanto, mantendo-se sete meses.

Em meados de Janeiro os operários de transporte e dos portos declararam-se em greve. Estiveram antes disso nove meses em negociações por causa duma nova tabela de salários. Os operários pediram aumento de salário; e os capitalistas queriam ainda reduzir mais os existentes. Quando os operários perderam a paciência, e se declararam em rebelião, os capitalistas tentaram trabalhar com amarelos. E as organizações reformistas intervieram também aqui como «fura greves». Os electricistas organizados facilitaram a corrente eléctrica aos traidores, os marinheiros mantiveram o tráfico marítimo, e a polícia ocupou as zonas dos portos com guardas armados. Essa greve foi pois dirigida duma forma declaradamente reformista.

No entanto, os amarelos não puderam pôr em marcha o trabalho nos portos. Além disso, havia a «greve ilegal» dos metalúrgicos, que os patrões tinham querido furar por gôsto. Para conseguir isto declararam alguns capitalistas o *lock-out*. Esta luta durou quatro meses. Em Março de 1924 encontravam-se 70.000 operários em greve, ou sofrendo o *lock-out*. Os chefes dos sindicatos reformistas cairam de joelhos diante da associação patronal, e solicitaram novas negociações sôbre os salários, a fim de se fazer um contracto. Quando os capitalistas viram a fraqueza dos chefes do proletariado fizeram-se ainda mais exigentes.

Os trabalhadores apresentaram a idea duma greve geral para se chegar a uma solução.

Porém os chefes não queriam saber de nada disso. Pelo contrário, dirigiram-se aos intermediários estatais, a fim de que interviessem. Estes fizeram uma proposta de mediação, reconhecida pelas associações patronais e pela organização central reformista, porém repelida pelos trabalhadores. Depois o ministro para os assuntos sociais fez uma nova proposta que a central reformista aprovou igualmente, e recomendou aos seus membros. Também os capitalistas estão de acôrdo com essa proposta; os metalúrgicos, que estão em luta há sete meses serão sacrificados completamente com esta proposta. O resultado da votação dos trabalhadores não é conhecido ao escrever-se estas linhas.

Porém os metalúrgicos demonstraram já a sua vontade de resistir ao servilismo dos chefes.

O partido comunista quiz medrar com a greve dos metalúrgicos. Esses senhores, que sancionaram a lei dum tribunal obrigatório de arbitragem, elogiam agora em elevado tom os trabalhadores que resistiram à dita lei. A política de simulação, que empregam os comunistas da Noruega é particularmente absurda. Quando se trata de pescar os votos e o dinheiro dos trabalhadores, então não vacilam perante meio algum.

Cail O. TANGEN

(Da «Internacional», órgão da A. I. T.)

O SINDICALISMO EM MARCHA

Na Figueira da Foz organizou-se o Sindicato dos Manipuladores de Pão

FIGUEIRA DA FOZ, 7. — Com regular concorrência realizaram-se no domingo e segunda-feira, na Associação dos Carpinteiros Civis Figueirenses, sessões de propaganda sindical tendentes à constituição nesta cidade do Sindicato dos Manipuladores de Pão. Promovidas por intermédio do Comité de Propaganda Confederal e Sindicato dos Manipuladores de Pão de Coimbra e alguns elementos desta cidade, elas tiveram o exito apetecido, pois formou-se a comissão organizadora do Sindicato que ficou já a funcionar, tendo a assemblea desta classe resolvido aderir à C. G. T.

Nas sessões levadas a cabo fizeram uso da palavra os manipuladores de Pão de Coimbra Mário Martins Moreira e João de Leiria, e, ainda Arnaldo Simões Januário, individualmente.

Seguidamente o delegado do Comité P. Confederal iniciou a sua palestra de propaganda sindicalista, e referindo-se à necessidade da organização e união dos trabalhadores, tendo agradado. A comissão organizadora ficou composta por António Gonçalves Nujo, Augusto Roque, Priamo Gonçalves e José Adelino Torres.

A classe reúne novamente àmanhã

Para ultimar os trabalhos de organização e instalação do Sindicato que ficou denominado «Sindicato dos Operários de Padaria da Figueira da Foz e Arredores», realizam-se domingo e segunda-feira próxima, pelas 18 horas e 10, respectivamente, na Associação dos Carpinteiros Civis Figueirenses — à rua da Lomba, 7 — duas novas sessões, devendo nessa altura serem entregues aos sindicados as cadernetas confederais.

Os estatutos já foram elaborados e discutidos, devendo seguir breve para a aprovação oficial.—E.

Cooperativa Lisbonense de Chauffeurs

Sociedade Cooperativa de Responsabilidade Limitada

A requerimento da direcção, convoco a assemblea geral extraordinária, para o dia 22 do corrente, pelas 21 horas, no largo de São Domingos, 11, 2.º, J., para assunto referente ao n.º 5.º do artigo 8.º e ao artigo 29.º dos estatutos da Cooperativa.—Lisboa, 6 de Julho de 1925.—O presidente da mesa, *Manuel Maria Marques de Oliveira.*

ASSINEM **Os mistérios do Povo**

HORARIO DE TRABALHO

Condutores de Carroças

Continua em luta o pessoal das casas Alfredo Rosário Faria, José Martins & C.ª, F. H. de Oliveira, Francisco Gonçalves Barrocas, Pedro Pio, Morais & C.ª e Santos Silva.

Aderiram às reclamações do horário de trabalho até à presente data as seguintes casas: Tavares & Soares, Tomás José Martins, José C. Ferreira, António J. Fernandes, José Francisco e José Madeira. Hoje a comissão vai fazer várias *demarches* esperando que outros dêm o horário muito em breve. Devem os operários continuar na mesma atitude que até aqui têm mantido.

Reúnem hoje, pelas 20 horas, a comissão administrativa, a comissão de *demarches* e secção do Poço do Bispo.

A classe reúne em assemblea magna na sua sede central, calçada do Combro 38-A, 2.º, àmanhã, pelas 14 horas, devendo comparecer todos os operários em luta.

A indiferença pela organização, em Peniche, permite a não existência de horário de trabalho

PENICHE, 6. — Devido à inércia de alguns operários não é aqui acatado o horário normal de trabalho.

Na indústria de conservas não deve isso causar admiração se atendermos a que os trabalhadores dela mais se preocupam com o futebol que com a defesa dos seus interêsses, pois é diminuta a concorrência das sessões convocadas para dêles tratar.

Na fábrica Benito Garcia, Limitada, no sábado passado, por alguns dos operários dizerem que, se os outros industriais dessem ao pessoal o horário de 8 horas, também o queriam, logo sete dêles foram despedidos.

Coisa curiosa, a gerência, que só tinha dinheiro para lhes pagar o salário da semana decorrida na quinta ou sexta-feira da presente, logo o descobriu para lhes pagar e despedi-los.

Providências é inútil reclamá-las, pois o imperador da fábrica, José Leitão, é tio do actual presidente da câmara municipal que também exerce as funções de delegado do govêrno.

Na construção civil ainda a situação é pior, pois não havendo organização dessa especialidade, uns trabalham 10 horas por dia, outros de sol a sol, isto sem se lembrarem que alguns operários da mesma indústria estão na miséria por não terem onde empregar a sua actividade, o que não aconteceria se o horário máximo de oito horas de trabalho diário fôsse um facto.—C.

Na casa Bucknall em Odemira

ODEMIRA, 7.—Na casa Bucknall está-se desrespeitando a lei 5516, referente ao horário de trabalho, com a complacência das autoridades.

Há dias, como dois caldeireiros se tivessem recusado a fazer horas suplementares, ameaçaram-nos com a redução do salário, tendo os operários então acedido.

Depois exigiram ainda mais trabalho e negando-se êles a fazê-lo outros se ofereceram para tal, resultando ficarem quatro operários fazendo quatro horas suplementares nêsse dia; foram êles: António Viriato, José João, António Rato e António Filipe.

E' lamentável o que se está passando, mas tem-se medo de protestar ou agir como se devia, porque quem o fizer sugeita-se a ser despedido.

Se entre o pessoal dessa casa existisse a necessária coesão, certamente os patrões não poderiam tão à vontade fazer atropelar o horário de trabalho.—E.

A fiscalização no Comércio

As comissões de vigilância da Associação dos Caixeiros de Lisboa continuam a exercer a sua acção, no sentido de se comprir o actual regulamento do horário de trabalho, verificando-se que na Baixa é regularmente cumprido excepto nalgumas mercearias já consideradas como reincidentes, sendo por isso ontem multada a Casa Silva & C.ª da rua de Santa Justa, 18.

As autoridades de Sintra ao lado do comércio contra a lei

SINTRA, 9.—Nesta localidade os empregados no comércio não cumprem o horário de trabalho.

Alguns dias passados sôbre a publicação do decreto que regulamenta o horário, em todas as casas êle era cumprido, havendo apenas três empregados que o não respeitavam.

Pois hoje já em parte alguma vigora o estatuído no aludido decreto, e, isto porque o próprio substituto do delegado do govêrno, que é comerciante, força o seu pessoal a trabalhar das 8 às 20 horas!

Ignorará o delegado do govêrno estes factos? ou estará de acôrdo com as fôrças-vivas?

O sindicato dos empregados no comércio tem feito as devidas comunicações às autoridades respectivas, esperando baldadamente que elas as tomem em consideração.

Temos, pois, as autoridades a atropelarem a lei que lhes cumpre fazer respeitar.

Aos empregados no Comércio só resta organizarem-se fortemente para poderem responder com energia aos seus exploradores.—C.

Secção Telegráfica

C. G. T.

Secretariado Nacional de Assistência Jurídica e Solidariedade

Pôrto.—*Manipuladores de Pão.*—O dr. Campos Lima dará as explicações pedidas no vosso ofício.

Faro.—*Descarregadores de Mar e Terra.*—Respondendo ao vosso ofício de 8 do corrente, vai advogado.

Almada.—*Construção Civil.*—Digam situação de José Gordinho para efeito de subsídio.

Federações

FEDERAÇÃO DE TANOARIA

Sindicato de Almada. — Digam com urgencia o nome do delegado que vai ao congresso e enviem os vossos trabalhos elaborados.

Sindicato de Gaia.—Recebemos vale e 500$00. Amanhã voltamos à Alfandega.

MOBILIARIA

Delegação Federal do Norte. — Segue hoje carta registada. Acusem recepção.

VIDA SINDICAL

C. G. T.

Conselho Confederal

Sob a presidência de Inácio Marques, secretariado por Virgílo de Sousa e Jerónimo de Sousa, reüniu em 29 do passado mês o Conselho Confederal para prosseguir na discussão dos trabalhos da sessão anterior.

O primeiro delegado a fazer uso da palavra foi Silva Campos que, na qualidade de secretário geral, informou o Conselho de que a C. G. T. ainda não recebeu resposta da U. S. O. de Évora sôbre a transferência do local para a realização do Congresso Confederal. Em sua opinião o conselho deve resolver o assunto nesta sessão.

Almeida Marques diz que por esta sessão ser a continuação da última se vê privado de tratar dum assunto urgente. Por êsse motivo alvitra que em tôdas as sessões, indistintamente, se deve respeitar a meia hora antes da ordem. O Conselho aprova. Prosseguindo, Almeida Marques informa que no dia seguinte realizava-se uma assemblea no S. do P. do Arsenal de Marinha onde será discutido o relatório do delegado à C. G. T. que ataca a central operária. Em virtude disso propõe que o Conselho nomeie um seu delegado àquele reünião. Aprovado e nomeado o secretário geral.

Manuel Nunes lembra que deve ficar ao cuidado do comité confederal de enviar delegado à Federação Marítima.

Santos Arranha lembra que o comité deve enviar delegados a tôdas as sessões.

Rijo aludindo à autorisação dada ao Secretariado de Propaganda para combater as insídias da *Internacional*, chama a atenção do Conselho Confederal para o não cumprimento dessa resolução.

Silva Campos diz que se não há nada feito, não é pela sua ausência às reüniões.

Artur Cardoso entende que o conselho deve desde já nomear o elemento que falta no Secretariado de Propaganda.

Santos Arranha propõe que seja aumentado para 5 o número dos componentes do Secretariado de Propaganda. Aprovado, e nomeados: Santos Arranha, Almeida Marques e Manuel Perez.

Aleixo de Oliveira, administrador de *A Batalha* diz que, em virtude do suplemento literário não corresponder em absoluto às necessidades da propaganda, a editorial de *A Batalha* resolveu publicar uma revista, à qual será dado o nome de *Renovação*.

Almeida Marques apresenta uma moção que conclui assim:

«1.º Suspender imediatamente o aparecimento da revista *Renovação* até que o administrador de *A Batalha* e «ipso facto» da sua Secção Editorial apresente um relatório sucinto sôbre o assunto.

2.º Indicar ao Comité Confederal que inclua na ordem de trabalhos duma das próximas reüniões do Conselho a apreciação das deficiências que se constatam em todos os serviços de *A Batalha*.

Rijo pregunta se a administração do jornal foi autorizada a publicar a nova revista.

Joaquim de Sousa concorda com Almeida Marques.

Alfredo Pinto diz que o conselho deve apenas pronunciar-se sôbre a doutrina do documento de Almeida Marques.

Silva Campos entende que deve permitir-se a saída do 1.º número de a *Renovação* e depois discutir-se o assunto.

Jeronimo de Sousa apresenta o seguinte aditamento à moção de Almeida Marques:

Em aditamento à moção proponho que o Comité Confederal verifique se nas actas do conselho há alguma resolução tomada sôbre assuntos identicos aos em discussão.

Falam ainda Artur Cardoso, Francisco Viana, Mário Pinto, Santos Arranha, Almeida Marques, Joaquim de Sousa e Henrique Rijo.

Aleixo de Oliveira requere, sendo aprovado, que a moção de Almeida Marques seja votada na especialidade. Aprovado. Posta à votação, foi aprovado o primeiro número por 8 votos e regeitado por 5 votos e uma abstenção. O segundo número foi aprovado por unanimidade.

Em seguida Alfredo Pinto, delegado da F. Rural fala sôbre o Congresso Confederal, apresentando a seguinte proposta:

«Em conseqüência da Federação Rural realizar o seu congresso na cidade de Santarém, para um aproveitamento de verba a gastar com o Congresso Confederal proponho que êste se realize também em Santarém, local onde existe grande necessidade de propaganda associativa».

Santos Arranha propõe que a organização publique em *A Batalha* o nome da localidade onde se realiza o Congresso.

Sôbre o congresso falam Virgílio de Sousa, Alfredo Pinto e Henriques Rijo.

Por último foi resolvido agregar ao Conselho Jurídico os delegados Aleixo de Oliveira e Silva Campos.

C. S. T. L.

Conselho Geral

Reüniu ontem o conselho geral dêste organismo, que largamente se ocupou das prisões arbitrárias e deportações de operários.

Foi nomeada, depois de uma interessante discussão, uma comissão pró-libertação dos presos e deportados sociais.

O conselho aceitou como novos delegados Homero Ramalhal e Daniel Silva, pelos impressores tipográficos, e Manuel Rodrigues, dos Descarregadores de Mar e Terra.

Estiveram representados os seguintes sindicatos: E. M. Comércio e Indústria, Litógrafos, Manufactores de Calçado, Escritórios Encadernadores, Municipais, Indústria de Conservas, Condutores de Carroças, Alfaiates, Caixeiros, Barbeiros, Construção Civil, Metalúrgicos, Confeiteiros e Chocolateiros, Impressores, Descarregadores de Mar e Terra, Tanoeiros.

Presidiu o delegado dos Alfaiates, e secretariaram os delegados dos Escritórios e Indústria de Conservas.

A comissão nomeada por êste organismo pró-libertação de presos e deportados sociais convida a comissão pró-presos a reünir conjuntamente hoje, pelas 21 horas.

COMUNICAÇÕES

Federação de Calçado, Couros e Peles.—*Conselho Federal.*—Reüniu ontem êste conselho com a presença dos seguintes sindicatos: S. U. do Pôrto, Manufactores de Lisboa, Penafiel, Póvoa de Varzim, Beja Faro e Evora.

Aberta a sessão do conselho pelo secretário geral, é dada a posse aos delegados dos organismos representados, depois do que é lido o relatório da Comissão Administrativa que propõe nas suas conclusões que o conselho aprecie a seguinte ordem de trabalhos:

1.º Apreciar a acção da comissão administrativa desde da sua posse até à data; 2.º nomear o secretário arquivista em conformidade com a resolução do Congresso; 3.º resolver a atitude do secretário administrativo; 4.º resolver a forma de dar praticabilidade às resoluções do Congresso.

Apreciado o relatório é aprovado com a seguinte moção:

«O Conselho Federal, apreciando o relatório da comissão administrativa e particularmente os seus actos no interregno que medeia entre a realização do Congresso e a reünião dêste conselho, atendendo a que a mesma fez tudo quanto em tais circunstâncias é possível fazer-se e por vezes, mais do que lhe cabe-o que é para louvar—resolve aprovar a sua acção e consignar o seu regosijo porque a vida federal não sofresse interrupção na sua acção colectiva.

Os delegados dos M. C. de Lisboa.

Entra-se na apreciação da ordem de trabalhos.

O primeiro ponto está resolvido pela moção já aprovada.

O 2.º foi nomeado secretário arquivista Jaime de Oliveira e Castro.

3.º Oficiar ao secretário administrativo comunicando-lhe a resolução do conselho.

4.º E' aprovada a seguinte proposta: que a comissão administrativa apresente a uma próxima sessão um parecer sôbre a forma de dar praticabilidade às resoluções do último Congresso, parecer que venha a ser apreciado pelo conselho com conhecimento de causa e deliberar conscienciosamente em conformidade com as possibilidades de realização, agregando a comissão os elementos que julgar necessário.

Foi apreciado o oficio da Fédération Nationale Unitaire des Cuires Et Peaux sôbre a representação dêste sindicato à Conferência Internacional, a realizar em Setembro. Foi resolvido enviar um relatório expondo os pontos de vista da Federação.

Federação Metalúrgica. — *Comissão Administrativa.* — Em sua reünião ordinária tomou conhecimento duma entrevista que o ministro do Comércio se dispõe a conceder sôbre as reparações de navios portugueses no estrangeiro.

A mesma comissão também se ocupou da pouca acção de alguns organismos aderentes, resolvendo manter com êles uma intensa correspondência e enviar, se tanto fôr conveniente, delegados a êsses organismos. Resolveu oficiar aos sindicatos de Vila Real de Santo António, Marinha Grande, Abrantes e Vieira de Leiria sôbre a nomeação de delegados ao Conselho Federal.

De harmonia com as resoluções do congresso corporativo, deliberou enviar à comissão organizadora do Congresso Confederal a tese: «Assistência social — Suas deficiências e o operariado».

Federação Mobiliária.—Reüniu anteontem o conselho federal com a representação de todos os organismos aderentes. Apreciou o expediente que constava de ofícios dos sindicatos do Pôrto, Braga, Guimarães, Coimbra, Faro, Gonçalo, Lisboa e Delegação Federal, ao qual foi dado o devido destino. Foi apresentado o balancête referente ao 1.º semestre do corrente ano que foi aceite, nomeando-se a comissão revisora de contas que ficou composta por Manuel Perez, Joaquim Ribeiro e José Dias Lobo.

O relatório da comissão revisora das contas do 2.º semestre de 1924 ficou para ser apreciado numa próxima sessão.

Apreciou também um ofício da Delegação Federal o qual fazia sentir a necessidade de verba para desenvolver a propaganda. Resolveu-se atender, na medida das possibilidades existentes. Sôbre a greve dos operários mobiliários de Guimarães, resolveu que a Delegação do Norte envie delegados àquela localidade a fim de auxiliar os grevistas. Sôbre êste assunto tomaram-se ainda outras resoluções.

Exposta uma desinteligencia havida entre os delegados desta Federação à C. G. T. e o secretário geral foi esta sanada com uma moção, após explicações trocadas.

Tratou-se da provável realização do 2.º Congresso Corporativo, resolvendo que a comissão organizadora apresente um parecer sôbre o assunto na próxima sessão do conselho.

Foi ainda aprovada uma moção sôbre a necessidade de desenvolver a propaganda, dependendo a sua realização dum entendimento com a C. G. T.

Federação Nacional dos Trabalhadores dos Caminhos de Ferro.—Reüniu a Comissão Executiva tratando de vários assuntos importantes e resolveu fazer-se sempre representar nas reüniões ferroviárias que tratem de assuntos referentes à Federação.

Nomeou delegado à sessão dos ferroviários da C. P., a realizar àmanhã em Alfarelos, Mário Castelhano, conforme convite que lhe foi dirigido.

CONVOCAÇÕES

REÚNEM HOJE:

Sindicato dos Profissionais da Imprensa—Hoje, pelas 17 horas, a assemblea geral ordinaria dos sócios do Sindicato dos Profissionais da Imprensa de Lisboa, a fim de a direcção relatar os trabalhos realizados no triuestre findo.

Manufactores de Calçado.— Reünem hoje, em assemblea geral para apreciar o relatório do delegado ao congresso da indústria e o da comissão revisora de contas do 2.º semestre de 1924.

Trabalhadores do Tráfego.—A assemblea geral, pelas 8 horas da manhã.

DIAS PRÓXIMOS:

Federação Mobiliária.—Reúne na próxima semana o conselho federal.

S. U. Mobiliário — Reúne na próxima terça feira, a assemblea geral com a ordem de trabalho já anunciada.

Manipuladores de Pão — Reúne àmanhã a assemblea geral, pelas 17 horas, para apreciar a atitude dos fiscais para com a comissão.

Sindicato Metalúrgico. — Reúne na próxima a ferça-feira, pelas 20,30 horas, a assemblea geral em continuação da ordem dos trabalhos, sendo por êste meio convidados todos os sócios a assistir.

— Pelas 20,30, a comissão de inquérito nomeada na última assemblea geral.

A' mesma hora, reúne a comissão organizadora do conselho técnico.

SINDICATOS DA PROVINCIA

Federação dos Trabalhadores Rurais — *Comissão Administrativa* — Reüniu em 7 do corrente para tratar de vários assuntos da organização rural. Apreciou expediente que constava de ofícios dos Sindicatos de Fronteira, Montoito, Seda, Alpiarça, Estremoz e Cercal do Alentejo e do Comité Confederal sôbre a organização do Congresso Confederal. Resolveu dar-lhe o necessário despacho e verificou a existência da reorganização do Sindicato dos Rurais de Alpiarça registando a sua adesão à Federação e C. G. T. assim como dos Rurais de Cercal do Alentejo. Resolveu que o Conselho Federal reúna àmanhã a fim de ser fixada a data do VI Congresso Rural.

Associação dos Rurais de Alpiarça.—Tomou conhecimento da correspondência de autoria do camarada Cebola, sôbre as brutalidades do sargento Fernandes. Por ela ser a expressão da verdade resolveu dar todo o aplauso ao autor. Protesta também contra a atitude assumida pelo comandante do pôsto que insultou aquele camarada por ter a hombridade de revelar os feitos dos seus subordinados.

JUVENTUDES SINDICALISTAS

Núcleo de Lisboa.—*Secção da Meia Laranja.*—Reúne hoje, pelas 20 horas, a assemblea geral, para apreciar a situação da secção.

Secção dos Empregados no Comércio.—Reúne na próxima segunda-feira, pelas 20 horas, a assemblea geral, para resolver sôbre a transformação orgânica da secção.

Secção Mobiliária.—Reúne na próxima terça-feira, pelas 20 horas, a assemblea geral para resolver sôbre a transformação da secção.

Secção de Belém.—E' necessária a comparência hoje, na sede do Núcleo, do secretário de Educação e Propaganda, para a reünião conjunta com o secretário geral e Secretários de Educação e de Propaganda do Secretariado Central.

Secção Metalúrgica. — Reúne próxima quinta-feira, pelas 20 horas, a assemblea geral, para resolver sôbre a transformação orgânica da secção.

— Convidam-se todos os camaradas, a entregarem na Biblioteca da Juventude, todos os livros que tenham em seu poder, e que a esta pertencem, para reorganização da mesma

Um congresso dos sindicalistas da Suecia

Os sindicalistas suecos, cuja organisação tem o nome de «Organização central dos trabalhadores suecos» (S. A. C.) reüniram-se nos primeiros dias de Junho findo no seu sétimo congresso. Houve 161 delegados presentes representando 324 organizações com 40.000 membros. A A. I. T., esteve representada por Augustin Souchy.

Entre outros assuntos debateu-se o caso da cedencia de uma pagina do «Arbetaren» ao partido comunista que se separou de Moscovia.

O congresso aprovou a atitude da redacção nesse assunto. Eis uma prova de que os comunistas moscovitas não possuem nenhuma influência no movimento sindicalista da Suecia. Pelo contrário o congresso colocou-se dentro do ponto de vista do segundo congresso da A. I. T., em Amsterdão resolvendo convidar a União anarquista sueca para os debates.

O sétimo congresso sueco expressou assim a opinião de que entre os partidos políticos parlamentares que querem conquistar o poder do Estado e as tendencias que aspiram à destruição de todo o poder central governativo, do Estado e do Capitalismo, há uma diferença essencial.

O congresso estudou tambem os mais importantes problemas do movimento operário sueco.

Historiou-se longamente as origens e as conseqüências prováveis da actual guerra no Rif.

Também se debateu o problema dos tratados colectivos o que foi de uma grande significação para os sindicalistas, pois no norte da Suécia, as organizações sindicalistas são, na sua maioria, as mais importantes e realizam lutas independentes contra o capitalismo.

O congresso também deu provas de solidariedade internacional, concedendo 200 corôas suecas para os camaradas da Noruega, que estão em greve ou que sofrem «lock-outs,» enviando àlém disso um protesto ao govêrno norte-americano reclamando a libertação de Sacco e Vanzetti e dos outros operários presos.

Também se aceitou um voto de solidariedade para com as vítimas da reacção em todos os países, incluindo a Rússia dos sóvietes.

O problema da contribuição à A. I. T. foi resolvido de acôrdo com a decisão do segundo congresso desta associação. As manifestações contra a guerra e o militarismo a fazer no primeiro domingo de Agosto, foram igualmente aprovadas.

Pensou-se em convidar para êsse acto as outras organizações operárias, sôbre a base da resolução da Internacional de Amsterdão no seu congresso de Roma que recomenda a greve geral como meio contra a guerra.

Pelas resoluções tomadas e pelos trabalhos expostos nota-se que o movimento operário anti-autoritário tem no proletariado da Suécia um firme baluarte.

(Informação do Secretariado da A. I. T.)

CRISE DE TRABALHO

Operários das obras do Estado

O ministro do Comércio informou os delegados do S. U. C. Civil que ia apresentar uma nova proposta de lei para um crédito especial a favor das obras do Estado e admissão dos operários licenciados.

Os delegados continuarão as suas demarches na próxima segunda feira, devendo os operários interessados comparecer, nesse dia, às 13 horas, na sede do sindicato.